



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL
Divisão de Licitações e Contratos

Carta n.º 52/2022 - NOVACAP/PRES/DA/DECOMP/DILIC

Brasília-DF, 06 de maio de 2022

AOS
LICITANTES

Ref.: Concorrência nº 001/2022 - DECOMP/DA.

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de requalificação urbana, incluindo execução de obras de drenagem pluvial, lagoa de retenção, pavimentação, sinalização, paisagismo, implantação de mobiliário urbano, calçadas e estacionamentos públicos do Setor de Oficinas Sul - SOF SUL, Região Administrativa do Guará (RA-X), devidamente especificado no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

Processo: 00110-00000583/2021-28

Prezados(as) Senhores(as),

Comunicamos aos interessados na Concorrência em referência, que a empresa GAE CONSTRUÇÃO & COMÉRCIO LTDA apresentou Recurso Administrativo, tempestivamente, contra a sua inabilitação

Em razão do Recurso ora apresentado, abre-se o prazo de **05** (cinco) dias úteis para apresentação de eventuais contrarrazões, o qual encontra-se à disposição de todos os interessados no *sítio*: www.novacap.df.gov.br e na Divisão de Licitações e Contratos – DILIC/DECOMP/DA, sito no Setor de Áreas Públicas, Lote “B”, Bloco “A”. Para maiores informações ligar para o telefone (0xx61) 3403-2321 ou 3403-2322.

Atenciosamente,

Ladércio Brito Santos Filho

Chefe do DECOMP/DA

NOVACAP



Documento assinado eletronicamente por **LADÉRCIO BRITO SANTOS FILHO - Matr.0973557-7, Chefe do Departamento de Compras**, em 06/05/2022, às 09:16, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
[http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)
verificador= **85818006** código CRC= **2A2A69C0**.

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

Setor de Áreas Públicas - Lote B - Bairro Guará - CEP 70075-900 - DF

00110-00000583/2021-28

Doc. SEI/GDF 85818006

Goiânia, 03 de maio de 2022.

Ilmo. Sr.

SILVIO ROMERO C. GOMES

Presidente da Comissão de Licitação

COMPANHIA URBANIZADORA DA NOVA CAPITAL DO BRASIL – NOVACAP

Brasília/DF.

Ref.: Concorrência n.º: 001/2022 – DECOMP/DA.

Objeto: licitação do tipo MENOR PREÇO, na modalidade de CONCORRÊNCIA, no regime de execução indireta - EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, objetivando a contratação pelo Distrito Federal, por meio da Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal, de empresa especializada para a execução dos serviços de requalificação urbana, incluindo execução de obras de drenagem pluvial, lagoa de retenção, pavimentação, sinalização, paisagismo, implantação de mobiliário urbano, calçadas e estacionamentos públicos do Setor de Oficinas Sul - SOF SUL, Região Administrativa do Guará (RA-X), devidamente especificado no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

OBJETO: RECURSO ADMINISTRATIVO CONTRA A INABILITAÇÃO DA GAE CONSTRUÇÃO & COMÉRCIO LTDA.

EMENTA: INOBSERVÂNCIA DA DOCUMENTAÇÃO HABILITATÓRIA DA GAE PELA COMISSÃO INTERNA DE APOIO TÉCNICO. PISO INTERTRAVADO EXECUTADO PELA GAE EM QUANTITATIVO SUPERIOR EM 242% À EXIGÊNCIA EDITALÍCIA. PÁGINA 91 DA DOCUMENTAÇÃO. CAT N.º 163/09 – DER/MG.

04 05 22
12:00
4P 779768

GAE CONSTRUÇÃO & COMÉRCIO LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 02.083.764/0001-13, com sede na Rua 31, nº 150, Jardim Goiás, CEP: 74.805-340, Goiânia/GO, por seu representante legal que ao final assina, vem à presença de Vossa Senhoria nos autos do processo licitatório supra referenciado, com fulcro no art. 109, inciso I, alínea “a”, da Lei 8.666/93 e suas posteriores alterações e no próprio Edital, interpor o presente **RECURSO ADMINISTRATIVO**, pelas razões de fato e direito que passa a aduzir adiante, para requerer a reconsideração da decisão que determinou a inabilitação desta empresa.

1. TEMPESTIVIDADE

Em preliminares cumpre demonstrar que este Recurso Administrativo é tempestivo nos termos do artigo 109, inciso I, alínea a da Lei geral de Licitações e Item 11.1 do Edital, considerando que a Recorrente tomou ciência da Ata da Sessão de Prosseguimento para Divulgação da Análise da Documentação (Primeira Fase) no dia 28/04, quando da sua publicação do sítio oficial da NOVACAP, o que projeta o prazo para apresentação do Recurso Administrativo para 05/05/2022.



2. DO MÉRITO

A CPL, acatando Parecer Técnico emitido pela Comissão Interna de Apoio Técnico, inabilitou a Recorrente GAE por não ter apresentado quantitativos mínimo de execução de piso intertravado, conforme exigido no subitem 6.1.4, letra b.2 do Edital. É o que consta na Ata de Prosseguimento e seus respectivos anexos (Relatório Técnico – SODF/GAB/CPL/CIAT e Despacho – SODF/GAB/CPL/CIAT).

Ocorre que tal decisão foi equivocada e não merece prosperar.

Vejamos a determinação editalícia:

6.1.4. Relativamente à qualificação técnica:

(...)

b.2 – da empresa:

Capacidade Operativa da empresa - Comprovação que a licitante tenha executado, a qualquer tempo, serviços de obras compatíveis com o objeto desta licitação, através de certidão (ões) ou atestado (s). Os atestados para capacidade operativa da empresa deverá ser acompanhados da respectivas CAT(s) em nome de profissional habilitado, que trabalhe para a sociedade ou já tenha figurado como responsável técnico da empresa, desde que conste na documentação comprobatória do acervo profissional o nome da pessoa jurídica do licitante como a empresa contratada para a execução da obra ou serviços, a teor do art. 64, § 3º, da Resolução nº 1.025/09-CONFEA, fornecido por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado. É permitida a apresentação de diferentes atestados de capacidade técnica para atender o acervo exigido.

Deverá ser comprovada, necessariamente, a execução de:

SERVIÇOS	UNIDADE	QUANTIDADE EXIGIDA
EXECUÇÃO DE CALÇADA EM CONCRETO MOLDADO IN LOCO	m ²	6.000,00
EXECUÇÃO DE PISO INTERTRAVADO	m ²	14.000,00
EXECUÇÃO DE PAVIMENTO ASFÁLTICO (RESTAURAÇÃO E/OU IMPLANTAÇÃO)	m ²	40.000,00
EXECUÇÃO DE DRENAGEM URBANA EM GALERIA COM SEÇÃO MÍNIMA DE 1,8 X 1,8 m	m	100,00

E a Recorrente GAE comprovou a execução do serviço em destaque em quantitativo muito superior à determinação do Edital.

Pode ter ocorrido certa inobservância da Comissão Interna de Apoio Técnico da NOVACAP ao analisar a documentação da GAE, eis que é clarividente na CAT n.º 163/09 – DER/MG, página 91 dos documentos habilitatórios desta empresa, a informação de que ela **adimpliu piso intertravado no quantitativo de 33.845,06 m²**:





CREA-MG
VINCULADO À CERTIDÃO
Número: _____
Expedida em: _____
000.163/13 23 JAN 2013
ASS: _____

DISCRIMINAÇÃO	QUANTIDADE
ÍNDICE NACIONAL DE CONSTRUÇÃO CIVIL	
Abigo simples pré-moldado para passageiro (inclusive transporte e montagem)	5.000 un
PAVIMENTO DE CONCRETO	
Pavimento de blocos sextavados (bloquetes) com espessura de 8 cm, incluindo fornecimento de material para colchão de assentamento, fornecimento e transporte das lajotas	33.845,063 m²
Cordão de concreto nas dimensões 15 x 12 cm e altura = 35 cm fck ≥ 15 Mpa	711,150 m
Transporte de material para colchão de assentamento - DT 7 a 12 km	12.672,592 m³ x km

Veja que a Recorrente GAE demonstrou o adimplemento de piso intertravado em quantitativo superior em 242% a exigência editalícia, portanto, equivocada a sua inabilitação.

Apenas a nomenclatura do serviço aposta na CAT n.º 163/09 – DER/MG da Recorrente GAE – **pavimento de blocos sextavados (bloquetes)** difere da inserta no Edital – piso intertravado, mas se trata do mesmo serviço, não há qualquer diferenciação.

Inclusive, o piso intertravado adimplido pela GAE possuía seis lados (sextavado) para serem corretamente encaixados, senão vejamos:



Não há qualquer diferença de método executivo, equipamentos, materiais ou tecnologia para a execução de piso intertravado, bloquetes ou pavimento de blocos. Se tratam exatamente do mesmo serviço, mas com nomenclaturas diferentes, nada mais que isso.

A única diferença que pode ocorrer no adimplemento do piso aludido é exclusivamente o seu formato, o qual é escolhido pelo dono da obra como o melhor que lhe convir. Inclusive, sequer foi mencionado no Ato Convocatório o formato a ser aplicado, até porque não faria qualquer sentido tal exigência. Vejamos outros formatos além do já colacionado:





Nestes termos, visando resguardar o caráter isonômico do Certame, é imperioso que a douta Comissão reveja a sua decisão que alijou precoce e indevidamente a Recorrente do processo licitatório.

O Edital é claro quanto aos serviços e quantitativos a serem comprovados pelas participantes do certame, assim como as demais exigências a serem cumpridas e a Comissão não pode aceitar inovações quanto as regras do Edital.

Ademais, de grande valia asseverar que é a partir dos documentos apresentados pelas empresas licitantes que a d. Comissão analisa se elas preencheram ou não os requisitos de habilitação. Assim sendo, DEVE permanecer no Certame a Recorrente GAE CONSTRUÇÃO & COMÉRCIO LTDA., pelo simples fato de não ter cumprido INTEGRALMENTE os termos do Edital. Inclusive, demonstrou o adimplemento de 242% da exigência editalícia no que tange aos serviços de piso intertravado.

Há que se respeitar o Princípio da Igualdade, que deve ser soberano entre os licitantes. Se o Edital contém exigências a serem cumpridas, estas devem ser atendidas na integralidade por todos os concorrentes, não podendo, pois, haver disparidades. É inadmissível que a Administração dispense tratamento privilegiado a uns em detrimento de outros. A Recorrente GAE demonstrou cabalmente a sua habilitação no Certame, tendo provado possuir qualificação técnica suficiente para assunção das obras.

Deve a Administração Pública cumprir fielmente os Princípios licitatórios, sob pena de se vulnerar a Lei nº 8.666/93, que impõe:



Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Nos termos do dispositivo supra, a Administração Pública deve cumprir as normas e condições constantes do Edital da licitação **ao qual se acha estritamente vinculada**, considerando que o Ato Convocatório funciona como a **lei interna** da licitação, subordinando o gestor público e os licitantes aos seus comandos.

No caso em tela, o que ocorreu foi apenas a ausência de observância correta e cautelosa da documentação habilitatória da Recorrente GAE pela Comissão Interna de Apoio Técnico. A CAT n.º 163/09 – DER/MG comprova o adimplemento do serviço de piso intertravado (pavimento de blocos sextavados - bloquetes), vide claramente na página 91 de sua documentação habilitatória.

Destarte, não subsiste qualquer motivação para o alijamento da Recorrente desta Concorrência. Se assim insistir em proceder a d. Comissão, estará contrariando os Princípios da Legalidade, Moralidade, Proporcionalidade, Razoabilidade, Isonomia, Julgamento Objetivo, Vinculação ao Edital e Busca da Proposta Mais Vantajosa.

3. DOS PEDIDOS

Isto posto, a Recorrente pugna:

- a) Que a CPL se digne a proceder o recebimento do presente recurso, como próprio e tempestivo, inclusive conferindo ao mesmo o efeito suspensivo competente, nos termos do § 2º do art. 109 da Lei n.º 8.666/93, devendo a interposição do mesmo ser comunicada aos demais licitantes, para caso queiram, impugnem-no no prazo legal (§ 3º);
- b) Que seja reformada a decisão proferida pela d. Comissão que inabilitou a Recorrente **GAE CONSTRUÇÃO & COMÉRCIO LTDA.**, sendo a mesma declarada apta a prosseguir no Certame, eis que comprovou o adimplemento de piso intertravado através da CAT n.º 163/09 – DER/MG (pág. 91 da documentação habilitatória), em observância aos Princípios da Proporcionalidade, Legalidade, Moralidade e Razoabilidade, bem como da Isonomia, Julgamento Objetivo, Vinculação ao Edital e Busca da Proposta Mais Vantajosa, abalizadores dos Certames Licitatórios promovidos pela Administração Pública;
- c) Caso não acatada a alínea *b*, outra alternativa não restará à Recorrente senão formalizar representação aos órgãos de controle, como o TCDF, Ministério Público e etc., sem prejuízo do ajuizamento de competente Ação;



- d) Que o presente recurso seja submetido à apreciação da autoridade superior, nos termos do art. 109, § 4º da Lei n.º 8.666/93;
- e) E finalmente, qualquer que seja a decisão da douta comissão transmitida, por escrito, à Recorrente.

Termos em que pede e espera deferimento, por ser medida da mais lúdima justiça.


GAE CONSTRUÇÃO & COMÉRCIO LTDA.

Daniel Jean Laperche



GAE CONSTRUÇÃO & COMÉRCIO LTDA
CNPJ: 02.083.764/0001-13
45ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL CONSOLIDADA

ANDRÉ EUGENE LAPERCHE, brasileiro, solteiro, nascido em 18/11/1948, Engenheiro Civil, CPF nº 036.905.711-20, portador da Carteira de Identidade nº 1.206.004, emitida pela SSP-GO, em 15/08/1979, residente e domiciliado nesta capital na Av. H Q C-13 LT 3/5-17/18 Apto 2201, Condomínio Magnific, Jardim Goiás, CEP nº 74.810-070; e

DANIEL JEAN LAPERCHE, brasileiro, nascido em 30/08/1958, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro Civil, CIC nº 167.189.251-87, Carteira de Identidade nº 735.828, emitida pela DGPC-GO., em 20/12/1996, residente e domiciliado na Rua Corona Qd. T-1 Lt 2/3 Cond. Res. Cruzeiro do Sul Alphaville Flamboyant, CEP nº 74.884-564;

Únicos sócios da **GAE CONSTRUÇÃO & COMÉRCIO LTDA**, com sede Rua 31 nº 150, Setor Jardim Goiás, CEP nº 74.805-340, Goiânia-GO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.083.764/0001-13 e contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Goiás – JUCEG sob o nº 52.200.140.097 em 10/10/1975, resolvem de comum acordo promover a alteração de seu contrato social conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DA BAIXA DE FILIAL -

Deixará de existir a filial na rua Juscelino Kubstcheck, Qd 81, Lt 02, Bairro Jardim Paraíso, CEP 47.850-000, Município de Luiz Eduardo Magalhães, Bahia. NIRE 29900891666 CNPJ n. 02.083.764/0003-85.

CLAUSULA SEGUNDA- DA RATIFICAÇÃO

Permanecem em pleno vigor as cláusulas do contrato social não alteradas ou não colidentes com o disposto nesta alteração de contrato social.

Em Vista das alterações produzidas por este termo, consolida-se o contrato social com a seguinte redação:

[Assinatura manuscrita]

Rodapé destinado ao uso exclusivo da JUCEG - Via Única.



CERTIFICO O REGISTRO EM 04/07/2019 16:00 SOB N° 20190698209.
PROTOCOLO: 190698209 DE 03/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903042014. NIRE: 52200140097.
GAE CONSTRUÇÃO & COMÉRCIO LTDA

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 04/07/2019
www.portaldocompreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação



Certifico o Registro sob o nº 97879401 em 18/07/2019
Protocolo 196222842 de 17/07/2019
Nome da empresa GAE CONSTRUCAO E COMERCIO LTDA NIRE 29900891666
Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>
Chancela 52964770514160
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/07/2019
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO
GAE CONSTRUÇÃO & COMÉRCIO LTDA
CNPJ: 02.083.764/0001-13
NIRE: 52.20014009-7

ANDRÉ EUGENE LAPERCHE, brasileiro, solteiro, nascido em 18/11/1948, Engenheiro Civil, CPF nº 036.905.711-20, portador da Carteira de Identidade nº 1.206.004, emitida pela SSP-GO, em 15/08/1979, residente e domiciliado nesta capital na Av. H Q C-13 LT 3/5-17/18 Apto 2201, Condomínio Magnific, Jardim Goiás, CEP nº 74.810-070; e

DANIEL JEAN LAPERCHE, brasileiro, nascido em 30/08/1958, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, Engenheiro Civil, CIC nº 167.189.251-87, Carteira de Identidade nº 735.828, emitida pela DGPC-GO, em 20/12/1996, residente e domiciliado na Rua Corona Qd. T-1 Lt 2/3 Cond. Res. Cruzeiro do Sul Alphaville Flamboyant, CEP nº 74.884-564;

Únicos sócios da **GAE CONSTRUÇÃO & COMÉRCIO LTDA**, com sede Rua 31 nº 150, Setor Jardim Goiás, CEP nº 74.805-340, Goiânia-GO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.083.764/0001-13 e contrato social devidamente registrado na Junta Comercial do Estado de Goiás – JUCEG sob o nº 52.200.140.097 em 10/10/1975, resolvem de comum acordo promover a alteração de seu contrato social conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA DENOMINAÇÃO SOCIAL –

A Sociedade gira sob a denominação social de **GAE CONSTRUÇÃO & COMÉRCIO LTDA**, tendo como nome de fantasia **GAE CONSTRUÇÃO & COMÉRCIO**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DURAÇÃO E SEDE –

A duração da sociedade é por tempo indeterminado, tendo seu início em 10 de outubro de 1975. A sede é na Rua 31, n. 150, Setor Jardim Goiás, CEP n. 74.805-340, Goiânia-GO.

Parágrafo Único -- A sociedade pode, se lhe convier, instalar filiais em qualquer localidade do país, depois de observadas as exigências legais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE –

A administração da sociedade cabe aos Srs. *André Eugene Laperche e Daniel Jean Laperche*, já qualificados, com os poderes e atribuições de representar a sociedade em conjunto ou individualmente, ativa e passiva, judicial e extrajudicialmente, sendo-lhes vedado, no entanto em atividades estranhas ao interesse social ou como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização dos outros sócios. Não havendo impedimentos em avais, endossos, abonos e fianças a terceiros.

Rodapé destinado ao uso exclusivo da JUCEG - Via Única.



CERTIFICO O REGISTRO EM 04/07/2019 16:00 SOB Nº 20190698209.
PROTOCOLO: 190698209 DE 03/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903042014. NIRE: 52200140097.
GAE CONSTRUÇÃO & COMÉRCIO LTDA

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 04/07/2019
www.portaldodoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação



Certifico o Registro sob o nº 97879401 em 18/07/2019
Protocolo 196222842 de 17/07/2019
Nome da empresa GAE CONSTRUCAO E COMERCIO LTDA NIRE 29900891666
Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>
Chancela 52964770514160
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/07/2019
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

CLÁUSULA QUARTA – DAS DELIBERAÇÕES DOS SÓCIOS –

Nas deliberações dos sócios, os Administradores dão preferência à forma estabelecida no Art. 1072, § 3º, do Código Civil, ou convocará os sócios conforme o disposto no § 2º do mesmo artigo.

CLÁUSULA QUINTA – DO CONSELHO FISCAL–

A sociedade não tem conselho fiscal.

CLÁUSULA SEXTA – DO CAPITAL SOCIAL–

O Capital Social totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país é de R\$ 24.100.000,00 (Vinte quatro milhões e cem mil reais), dividido em 24.100.000 (Vinte e quatro milhões e cem mil) quotas de 1,00 (um real) cada, distribuído assim entre os sócios:

SÓCIOS	%	QUOTAS	CAPITAL SOCIAL	
			SUBSCRITO	INTEGRALIZADO
ANDRÉ EUGENE LAPERCHE	60	14.460.000	14.460.000,00	14.460.000,00
DANIEL JEAN LAPERCHE	40	9.640.000	9.640.000,00	9.640.000,00
TOTAIS	100	24.100.000	24.100.000,00	24.100.000,00

Parágrafo Único – A responsabilidade de cada um dos sócios, é limitada ao valor de suas quotas, mas todos respondem pela integralização do capital social, na forma do art. 1052 do Código Civil.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA CESSÃO DE QUOTAS –

É vedado aos sócios, ceder ou alienar suas quotas para terceiros, no todo ou em parte, sem a anuência do remanescente que detêm o direito de preferência. Em caso de renúncia, o ingresso de novo sócio, estranho ao quadro societário, somente acontecerá mediante a aprovação do sócio remanescente.

Parágrafo Primeiro – Sem prejuízo do disposto no caput, os sócios antecipadamente garantem a sociedade, o direito de preferência secundário para aquisição de suas próprias quotas.

Parágrafo Segundo – O direito de preferência tratado nesta cláusula não se aplica as transferências decorrentes de TRANSFORMAÇÃO, CISÃO ou FUSÃO de sociedade ou, ainda as transferências ao cônjuge, aos ascendentes de 1º(primeiro)e descendentes até o 2º(segundo)grau.

CLÁUSULA OITAVA – DO OBJETO SOCIAL –

A sociedade explora os ramos de atividades de:

Rodapé destinado ao uso exclusivo da JUCEG - Via Única.



CERTIFICO O REGISTRO EM 04/07/2019 16:00 SOB Nº 20190698209.
PROTOCOLO: 190698209 DE 03/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903042014. NIRE: 52200140097.
GAE CONSTRUÇÃO & COMÉRCIO LTDA

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 04/07/2019
www.portaldoempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação



Certifico o Registro sob o nº 97879401 em 18/07/2019
Protocolo 196222842 de 17/07/2019
Nome da empresa GAE CONSTRUCAO E COMERCIO LTDA NIRE 29900891666
Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>
Chancela 52964770514160
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/07/2019
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

- Serviços técnicos de engenharia, incluindo a elaboração gestão de projetos
- Outras obras de engenharia civil.
- Serviços especializados para construção.
- Obras de terraplenagem.
- Construção de rodovias.
- Pintura para sinalização em pistas rodoviárias.
- Obras de urbanização.
- Obras de irrigação.
- Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas.
- Compra e venda de imóveis por conta própria.
- Outras atividades profissionais, científicas e técnicas.
- Locação de automóveis SEM CONDUTOR.
- Aluguel de máquinas e equipamentos para construção SEM OPERADOR, exceto andaimes.
- Coleta de resíduos não perigosos.
- Coleta de resíduos perigosos.
- Tratamento e disposição de resíduos não perigosos.
- Tratamento e disposição de resíduos perigosos
- Montagem de Estruturas Metálicas
- Incorporação de Empreendimentos Imobiliários.
- Holdings de Instituições não Financeiras
- Construção de edifícios
- Construção de obras de arte especiais.
- Construção de instalações esportivas e recreativas.
- Captação, tratamento e distribuição de água
- Gestão de redes de esgoto
- Atividades relacionadas a esgoto, exceto a gestão de redes.
- Usinas de compostagem
- Descontaminação e outros serviços de gestão de resíduos.
- Atividades de limpeza.

CLÁUSULA NONA – DA RETIRADA DE PRÓ-LABORE –

Todos os sócios tem direito a uma retirada mensal a título de Pró-labore que será estipulada pela legislação do Imposto de Renda, de acordo com a época, cujas importâncias, são lançadas na conta de Despesas Gerais da Sociedade.

Rodapé destinado ao uso exclusivo da JUCEG - Via Única.



CERTIFICO O REGISTRO EM 04/07/2019 16:00 SOB Nº 20190698209.
PROTOCOLO: 190698209 DE 03/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903042014. NIRE: 52200140097.
GAE CONSTRUÇÃO & COMÉRCIO LTDA

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 04/07/2019
www.portaldoeempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação



Certifico o Registro sob o nº 97879401 em 18/07/2019

Protocolo 196222842 de 17/07/2019

Nome da empresa GAE CONSTRUCAO E COMERCIO LTDA NIRE 29900891666

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>
Chancela 52964770514160

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/07/2019

por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS LUCROS OU PREJUÍZOS–

No dia 31 de dezembro de cada ano, é levantado um balanço geral das operações sociais. Os lucros serão divididos entre os sócios de acordo com o seu capital a sociedade. No caso de prejuízo, cada sócio suportará a parcela de acordo com seu capital na sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO DA SOCIEDADE –

Na hipótese em que a sociedade se resolver em relação a um dos sócios, nos casos de retirada, exclusão, falência, recuperação judicial ou falecimento, a sociedade não se dissolverá e o valor da quota do sócio retirante, excluído, falido, recuperando ou falecido, considerada pelo montante efetivamente realizado, liquidar-se-á, com base na situação patrimonial da sociedade, a data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado, que deverá ser concluído em até 90 (noventa) dias da data da ciência do evento

Parágrafo Primeiro – Sem prejuízo do disposto no caput, nas hipóteses de falecimento é facultado aos herdeiros a sucessão no quadro societário.

Parágrafo Segundo – Os herdeiros do pré-morto deverão, em 90(noventa) dias da data do balanço especial, manifestar a sua vontade de serem integrados ou não a mesma sociedade, recebendo os direitos e as obrigações contratuais do pré-morto.

Parágrafo Terceiro – A retirada, exclusão ou falência dos sócios não os exime, nem a seus sucessores, da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DIVERGÊNCIAS E OMISSÕES –

No caso de divergências entre os sócios, serão nomeados 02 (dois) árbitros para solucionar o assunto em discussão, e, em caso de empate, será nomeado um terceiro árbitro ou o foro desta capital para decidir a questão.

Parágrafo Único – As omissões ou dúvidas que suscitarem do presente contrato, serão supridas ou resolvidas com base no art. 1053 do Código Civil, e noutras disposições legais que lhe forem aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DESIMPEDIMENTO –

Os administradores declaram, sob as penas da Lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por Lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas

Rodapé destinado ao uso exclusivo da JUCEG - Via Única.



CERTIFICO O REGISTRO EM 04/07/2019 16:00 SOB Nº 20190698209.
PROTOCOLO: 190698209 DE 03/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903042014. NIRE: 52200140097.
GAE CONSTRUÇÃO & COMÉRCIO LTDA

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 04/07/2019
www.portaldoeempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação



Certifico o Registro sob o nº 97879401 em 18/07/2019
Protocolo 196222842 de 17/07/2019
Nome da empresa GAE CONSTRUCAO E COMERCIO LTDA NIRE 29900891666
Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>
Chancela 52964770514160
Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/07/2019
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fê pública, ou a propriedade.(art.1.011,§ 1º, CC/2002)

Fica eleito o foro da Comarca de Goiânia, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E assim, por estarem justas e contratadas as partes, depois de lido e aceito, assinam o presente instrumento em 1(uma) via para que surta seus legais e jurídicos efeitos.

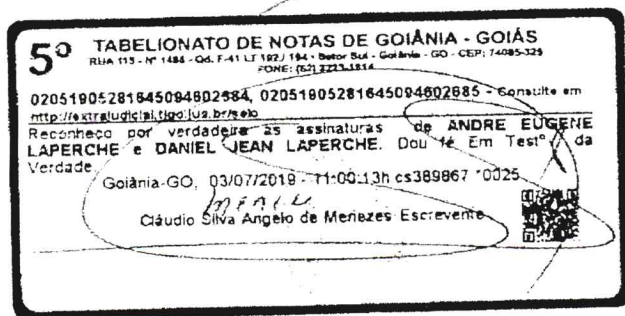
Goiânia, 30 de junho de 2019.

5º OFÍCIO

5º OFÍCIO

ANDRÉ EUGENE LAPERCHÉ

DANIEL JEAN LAPERCHÉ



Rodapé destinado ao uso exclusivo da JUCEG - Via Única.



CERTIFICO O REGISTRO EM 04/07/2019 16:00 SOB Nº 20190698209.
PROTOCOLO: 190698209 DE 03/07/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
11903042014. NIRE: 52200140097.
GAE CONSTRUÇÃO & COMÉRCIO LTDA

Paula Nunes Lobo Veloso Rossi
SECRETÁRIA-GERAL
GOIÂNIA, 04/07/2019
www.portaldoeempreendedorgoiano.go.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.
Informando seus respectivos códigos de verificação



Certifico o Registro sob o nº 97879401 em 18/07/2019

Protocolo 196222842 de 17/07/2019

Nome da empresa GAE CONSTRUCAO E COMERCIO LTDA NIRE 29900891666

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>
Chancela 52964770514160

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/07/2019
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral



196222842

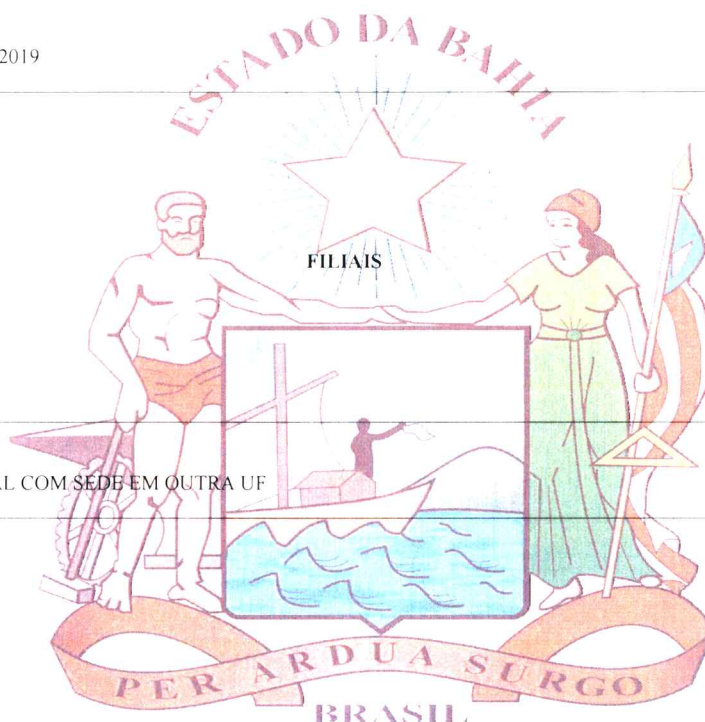
TERMO DE AUTENTICAÇÃO

NOME DA EMPRESA	GAE CONSTRUCAO E COMERCIO LTDA
PROTOCOLO	196222842 - 17/07/2019
ATO	310 - OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA / EMPRESARIO
EVENTO	031 - EXTINCAO DE FILIAL COM SEDE EM OUTRA UF

MATRIZ

NIRE 52200140097
CNPJ 02.083.764/0001-13
CERTIFICO O REGISTRO EM 18/07/2019

NIRE 29900891666
CNPJ 02.083.764/0003-85
EVENTO 031 - EXTINCAO DE FILIAL COM SEDE EM OUTRA UF



Tiana Regila M G de Araújo

TIANA REGILA M G DE ARAÚJO

Secretária-Geral

1

Junta Comercial do Estado da Bahia

18/07/2019

Certifico o Registro sob o nº 97879401 em 18/07/2019

Protocolo 196222842 de 17/07/2019

Nome da empresa GAE CONSTRUCAO E COMERCIO LTDA NIRE 29900891666

Este documento pode ser verificado em <http://regin.juceb.ba.gov.br/AUTENTICACAODOCUMENTOS/AUTENTICACAO.aspx>
Chancela 52964770514160

Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 18/07/2019
por Tiana Regila M G de Araújo - Secretária-Geral

(CEDULA DE IDENTIDADE)



ASSINATURA DO PORTADOR

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

CASA DA MOEDA DO BRASIL

(REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL)

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO

REGISTRO GERAL 1.206.004

NOME ANDRE EUGENE LAPERCHE *

FILIAÇÃO Eugene Augusto Jean M. Laperche e
Yvonne Marie A. Laperche *

França TB-Nov-1.948*

NATURALIDADE GOIÂNIA, GO. DATA DO NASCIMENTO 15-Ago-1.979*

CHEFE DA DIVISÃO DE IDENTIFICAÇÃO

(VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL)

CASA DA MOEDA DO BRASIL

REGISTRO GERAL 735828/2.A VIA

DATA DE EXPEDIÇÃO 20/02/1978

NOME DANIEL JEAN LAPERCHE

FILIAÇÃO EUGENE AUGUSTE JEAN MARIE LAPERCHE
YVONNE MARIE ADRIENNE TARTRAIS

ENCRUZILHADA DO SUL-RS

NATURALIDADE

DATA DE NASCIMENTO 30/AGO/1958

DOC. ORIGEM C.CAS. 5144 FLS. 269 L. B. 109
CRC. GOIANIA. GO 3A ZN EM 04/02/1988

CPF 167189251-87

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI N° 7.116 DE 29/08/83

14307812

GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
DIRETORIA GERAL DA POLICIA CIVIL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO



ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE